

Uma filosofia para a acumulação: o pensamento isebiano na miséria brasileira

A philosophy for accumulation: the Iseb's thought in the Brazilian poverty

Leandro Theodoro Guedes*

Resumo: O presente artigo teve por objetivo realizar uma análise sobre a natureza do pensamento isebiano, especialmente seu aspecto nacional-desenvolvimentista. Tratou-se de um pensamento nascido para resolver uma questão renitente e irresolúvel: a autonomia da burguesia nacional. Seus autores sustentaram a missão social de se criar uma filosofia para aceleração da acumulação capitalista. Conformou-se sob uma teoria do conhecimento perspectivista, apoiada na fenomenologia e no agnosticismo e defendeu a aliança de classes em nome do "desenvolvimento nacional". Tais pontos inviabilizaram o vislumbre de novas alternativas, resultando nas velhas soluções conciliatórias. Examinar esses aspectos torna-se contributivo sobretudo com a voltada influência do nacional-desenvolvimentismo no debate público atualmente.

Palavras-chave: Pensamento isebiano; teoria do conhecimento; nacionalismo; desenvolvimentismo.

Abstract: This paper aimed to analyze the nature of Iseb's thought, especially its national-developmental aspect. It was a thought born to resolve a stubborn and irresolvable issue: the autonomy of the national bourgeoisie. Its authors supported the social mission of creating a philosophy to accelerate capitalist accumulation. It conformed to a perspectivist theory of knowledge, supported by phenomenology and agnosticism, and defended the alliance of classes in the name of "national development". Such points made it impossible to glimpse new alternatives, resulting in the old conciliatory solutions. Examining these aspects becomes useful, especially given the influence of national-developmentalism in the current public debate.

Keywords: Iseb's thought; theory of knowledge; nationalism; developmentalism.

1. Introdução

O chamado nacional-desenvolvimentismo foi a consolidação de um processo de forte expressão intelectual, que conduziu o Brasil na tentativa de aceleração da acumulação de capital nos dois primeiros terços do último século. Tratava-se de uma preocupação que colocava a questão econômica como central, ainda que cerceada pelo politicismo. Atualmente, não tem sido incomum certa retomada desse

* Doutor em administração pela Universidade Federal de Viçosa. Professor no curso de tecnologia em logística da Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro. *E-mail:* ltheodoroguedes@yahoo.com. Orcid: 000-0001-6529-2188.

pensamento. Há, por exemplo, o entendimento de que “o Brasil do século XXI teria muito a aprender com esse capítulo do seu passado” (FONSECA; SALOMÃO, 2022, p. 283). Não seria surpreendente que a remodelação de fórmulas antigas reaparecesse num país cuja formação hiper-tardia do capital e o estágio de subordinação segue reiterado.

Nesse itinerário intelectual, um importante exemplar foi o *pensamento isebiano*. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) se consolidou como uma espécie de *think tank* institucional voltado para uma produção intelectual municidora de ideias capazes de dar continuidade ao processo de desenvolvimento econômico, com a consolidação do capitalismo industrial, ancorado por uma aliança classista.

Trata-se este de um objeto ideológico razoável, pois ele se constrói após um certo estágio de consolidação do “estado planejador” varguista, ao mesmo tempo em que o capitalismo brasileiro crescia aceleradamente, mesmo que ainda carregando as marcas inelimináveis da marcante “incompletude econômica da nossa burguesia” (CHASIN, 1982, p. 11). O próprio Chasin notou como mesmo a entrada do Brasil no capitalismo industrial em seus momentos mais maduros não foi capaz de superar a miséria brasileira, entendida como “conjunção entre o embrião maldito do capital incompletável – agora já de engorda monopólica – e a insubstancialidade teórica e prática, até hoje, da esquerda organizada” (CHASIN, 1985, p. xi). Se as expressões teóricas dessa miséria se apresentaram mais acabadas no ao longo da metade final do século XX, seus precursores podem se encontrar no período pré-64, do qual o pensamento isebiano é um dos expoentes.

Também é importante ressaltar como esse ideário foi uma das últimas tentativas de posicionar o problema econômico em primazia, na medida em que, como constatado por Chasin (2000), no período ditatorial e na nova república, a preocupação da esquerda foi dominada pela questão da organização partidária e da institucionalidade, que relegou o econômico ao segundo plano.

O Iseb já foi tematizado criticamente por variadas pesquisas que apontaram seu caráter ideológico, no sentido de promover análises inconsistentes (TOLEDO, 1979). Alguns aspectos, como um certo idealismo, ou mesmo um autoritarismo também já foram ressaltados (LEBRUN, 1963; IANNI, 2004). Entendemos que há ainda a possibilidade de investigá-lo indo além do unilateralismo quanto à sua natureza específica. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo compreender a natureza do pensamento isebiano de 1952 a 1958. Este período abrange um intervalo que vai

além da instituição da organização, em 1955, justamente porque Hélio Jaguaribe (2018), principal autor isebiano, ressaltou que textos publicados nos Cadernos do Nosso Tempo entre 1952 e 1956 foram fundamentais para conformar a posição do pensamento isebiano. Por outro lado, exclui-se dessa análise textos posteriores por conta da mudança de posição e da própria composição, havendo um certo distanciamento do nacional-desenvolvimentismo. Para realizar este objetivo, empreende-se a determinação social do pensamento, buscando identificar a gênese histórica e a missão social, bem como os aspectos caracterizadores desse pensamento realizando a análise imanente (LUKÁCS, 2020; CHASIN, 1978; VAISMAN, 2010; PAÇO CUNHA, 2023).

2. As condições objetivas para o surgimento do pensamento isebiano: a encruzilhada do capitalismo atrófico

As consequências do imperialismo no Brasil são certamente um ponto de arranque importante para o pensamento isebiano. Uma primeira aproximação do problema da influência do imperialismo no Brasil pode ser obtida com a caracterização dada por Chasin (1978) à formação do capitalismo nacional. Tendo como parâmetro de análise as grandes potências que se transformaram nos grandes impérios capitalistas, o autor destacou a *via clássica*, por meio da qual se entificou o capitalismo de países como Inglaterra e França, onde além de um desenvolvimento industrial robusto, houve uma revolução política que desencadeou o estabelecimento de uma democracia liberal e o rompimento com o passado feudal.

Por esse ponto de partida, o autor traçou as características de outras formações sociais capitalistas. Trata-se, por exemplo, dos casos de Itália, Alemanha e Japão que “não são acompanhadas pelo progresso social que marca os casos clássicos, mas que atingem o estágio imperialista no alvorecer do século XX ou muito pouco depois” (CHASIN, 1978, p. 633). Além de um descompasso com o desenvolvimento das formações clássicas, nesses países também se deu uma formação política conturbada, marcada pela transição autoritária, que não rompeu definitivamente com o passado. Nesse sentido, houve, na formação alemã, a conciliação do velho e do novo por meio da autocracia de Bismarck, o que configurou a chamada *via prussiana*.

Em comparação com o caso alemão, por exemplo, “no Brasil a industrialização principia a se realizar efetivamente muito mais tarde, já num momento avançado da época das guerras imperialistas, e sem nunca, com isto, romper sua condição de país subordinado aos polos hegemônicos da economia internacional” (CHASIN, 1978, p.

628). A inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho na entrada do século XX, portanto, se deu sem que o país conseguisse desenvolver seu capitalismo autonomamente e sequer tivesse formado uma burguesia nacional industrial.

O fato de ser ainda mais retardatária fez com que a industrialização nacional não fosse apenas débil em termos de aceleração e diversificação do crescimento. Afinal, ela

se realiza já no quadro da acumulação monopolista avançada, no tempo em que guerras imperialistas já foram travadas, e numa configuração mundial em que a perspectiva do trabalho já se materializou na ocupação do poder de estado em parcela das unidades nacionais que compõem o conjunto internacional. Ainda mais, a industrialização *tardia*, apesar de retardatária é autônoma, enquanto a *hiper-tardia*, além de seu atraso no tempo, dando-se em países de extração colonial, é realizada sem que estes tenham deixado de ser subordinados das economias centrais (CHASIN, 1977, p. 176).

O estágio imperialista não pode ser deixado de lado para se conhecer os caracteres mais determinantes da formação do capitalismo brasileiro. Considerando assim a formação da burguesia nacional, disse Chasin (1977, p. 177) que ela “teve que se contentar com fatias de reinado no colegiado dos pactos, e acumular sob a proteção do estado e o olho guloso do capital estrangeiro”, sendo incapaz de realizar “seus precípuos deveres econômicos”. Em suma, a via colonial “engendra uma burguesia que não é capaz de perspectivar, efetivamente, sua autonomia econômica, ou o faz de um modo demasiado débil, conformando-se, assim, em permanecer nas condições de independências neocolonial ou de subordinação estrutural ao imperialismo” (CHASIN, 1980, p. 128). Desenhou-se, portanto, de um cenário em que se estabeleceu um capitalismo dependente em relação às grandes potências, por isso também subordinado, cuja liderança econômica é representada por uma burguesia que se associou minoritariamente aos países desenvolvidos.

A propósito de alguns elementos históricos, pode-se dizer que na formação dessa classe dominante, em setores nos quais houve alguma autonomização de uma burguesia local, como nos de bens de consumo mais básicos a exemplo do têxtil, e da produção de calçados ou de alimentos (especialmente carnes e cereais), sempre houve a dependência externa para a importação de maquinaria e de matérias-primas que canalizava o mais-valor extraído para os países imperialistas. E mesmo com incentivos governamentais, eventos como as guerras mundiais e as grandes crises econômicas do fim do século XIX e de 1929 bloqueavam o acesso a esses insumos, obstruindo o avanço da acumulação nessas indústrias (SUZIGAN, 1986).

Em outros setores, como na indústria de base, a exemplo da siderurgia, a indústria química, a indústria de cimento e outras mais, a dependência se dava pelo fato de terem sido iniciativas do próprio capital estrangeiro no Brasil. O país, por meio do estado, garantia, através de políticas como isenções tarifárias e a exploração por monopólio, as condições de estabelecimento dessas empresas. Tratou-se de uma tentativa da troca da dependência da importação geral desses bens pela dependência da produção estrangeira no Brasil (SUZIGAN, 1986). Essas medidas, contudo, eram sopesadas pela baixa demanda da produção desses materiais. Pelo menos até a década de 1930, as tentativas de estabelecimento de indústria de cimento no Brasil foram bastante errantes e não antes da década de 1940 o mesmo problema ocorria com a siderurgia.

Em outros casos ainda mais acentuados, como o de transportes e fornecimento de energia elétrica, o estabelecimento do capital estrangeiro se deu mesmo em meio a debates com as resistências nacionalistas, exatamente porque não havia no Brasil qualquer possibilidade técnica de fornecimento desses serviços no início do século XX, sendo concedidas licenças a empresas estrangeiras. No caso dos transportes, houve algum desenvolvimento mais rápido por conta das necessidades da burguesia agroexportadora e do aporte de capital inglês na construção de ferrovias, operação das linhas e também na operação de navegação marítima. No caso da energia elétrica, foi necessária a entrada de uma empresa canadense para provimento de redes de transmissão nas grandes cidades (CASTRO, 1976). Esses setores eram também fundamentais para dinamizar a economia nacional, seja para escoar mercadorias, ou melhorar as condições energéticas para produção industrial. Esse setor de serviços básicos, que agregava transportes, fornecimento de gás, iluminação, entre outros, representou cerca de 62% de todo investimento estrangeiro direto no Brasil entre 1903 e 1913 (CASTRO, 1976). Nas décadas finais do século XIX, de afluxo se direcionou para o setor de infraestrutura brasileiro, especialmente a produção e operação de ferrovias (CASTRO, 1976). Esse afluxo se intensificou com a crise mundial de 1875, que afetou especialmente a Inglaterra. Como os capitais estrangeiros destinados ao Brasil vinham do país britânico, a crise foi uma oportunidade para a burguesia inglesa recuperar-se com a captura de lucros no Brasil. O investimento em atividades logísticas de apoio à exportação de matérias-primas, como o café, fazia com que esses capitais britânicos se apropriassem de parte do mais-valor produzido pela atividade agroexportadora. Além de se dedicarem à operação das ferrovias, os capitais

estrangeiros também se ocupavam das atividades de navegação.

As rendas obtidas com a exportação do café no início do século XX foram essenciais para impulsionar algumas iniciativas industrializantes, como os empreendimentos industriais no interior do país (STEIN, 1980; SUZIGAN, 1986), mas eram igualmente um entrave, na medida em que o direcionamento da política econômica visava atender aos interesses dos produtores de café e retardavam a autonomia industrial. Além disso, o próprio processo de endividamento externo, usado para subsidiar a produção cafeeira, fazia com que as rendas obtidas internacionalmente sequer retornassem satisfatoriamente para o Brasil, uma vez serem elas menores que os juros a serem pagos a serviço da dívida. Segundo Oliveira (1977, p. 33) era “uma forma de produção de valor que se autoconsumia no seu financiamento”.

A dependência do setor agroexportador mantinha inviabilizada a transição para o capitalismo industrial e acentuava a subordinação ao capital financeiro estrangeiro, ao mesmo tempo em que mantinha o país concentrado em um setor que não se sustentava. Em outras palavras, “a intermediação comercial e financeira externa própria da economia agroexportadora representou uma restrição ao avanço da divisão social do trabalho interno ao próprio tempo em que se negava” (OLIVEIRA, 1977, p. 33). Essa contradição foi um entrave para o avanço do capitalismo nacional.

A consolidação da independência política de países como o Brasil ao longo do século XIX interrompeu esse fluxo ininterrupto de exportação direta de lucros. Com a formação de uma burguesia agroexportadora e comercial, ainda que incipiente, o mais-valor extraído não era mais exportado totalmente. Ademais, o estado nacional se colocava como um agente importante, atraindo financiamento estrangeiro para obras de infraestrutura, manipulando a política fiscal e cambial em favor dessa burguesia comercial e agrária nascente, mantendo a massa salarial rebaixada. Esses processos modificaram, não somente o Brasil, mas os mecanismos de atuação internacional do imperialismo. Com a independência de novos países, “A troca desigual é agora uma das principais formas de exploração colonial; a produção direta de superlucros nas colônias tem papel secundário” (MANDEL, 1982, p. 245).

Os movimentos que buscavam conter a influência imperialista na economia nacional puderam a ser vistos mais fortemente ao longo das primeiras décadas do século XX, ainda que de forma embrionária, pois nesse período não havia políticas econômicas sistemáticas para além do controle cambial e fiscal. Exemplo de política

fiscal se verificou com as indústrias têxteis sendo favorecidas com impostos sobre os bens de consumo importados ao longo da década de 1910 (LUZ, 1978). De acordo com Carone (1978), com o câmbio desvalorizado, havia o favorecimento da agroexportação, o que fortalecia a relação de trocas desiguais, contudo, isso era positivo para a indústria nacional porque dificultava a entrada de produtos importados; com o câmbio valorizado, as empresas estrangeiras se beneficiaram porque enviavam mais ouro com menos quantidade de dinheiro nacional auferido nos lucros dessas empresas.

Capital agrário e industrial também tinham discordâncias claras, sobretudo quanto à imposição de taxas sobre a importação e ao controle inflacionário. Ocasionalmente, o estado também se opunha aos interesses industriais, pois as tarifas alfandegárias eram sua principal fonte de receita, chegando a 67% em 1898, por exemplo. Para conter os danos, o estado atuava na cessão de empréstimos para as indústrias (LUZ, 1978). Ainda assim, eram comuns as queixas de que as ações protecionistas executadas pelo estado não tinham o efeito esperado, seja pela sua estreiteza de alcance, seja pela posição do Brasil na divisão internacional do trabalho. Nos anos 1920, mesmo conseguindo a redução de tarifas aduaneiras para a importação de máquinas, os industriais têxteis reclamavam da facilidade de entrada dos produtos têxteis estrangeiros, superiores em qualidade, dificultavam a inserção dos produtos nacionais no próprio mercado interno (SUZIGAN, 1986). Essas disputas, contudo, se estendiam sem rupturas, uma vez que a estrutura econômica nacional acomodava tanto essas frações da burguesia nacional quanto a burguesia imperialista.

O ano de 1930 é um marco na condução da economia nacional porque o estado passa a “proteger ou estimular os setores econômicos já instalados na economia nacional; formalizar o mercado de fatores de produção; e, também, controlar as relações sociais de produção” (IANNI, 1971, p. 7). Os primeiros anos do governo varguista viram a formulação de determinados órgãos, como a criação da Secretaria de Comércio Exterior. Através dela, passou-se a dar maior atenção para a necessidade de nacionalização da produção de bens de capital ligados à indústria de base, diante do diagnóstico de que não era vantajoso para o Brasil exportar minério de ferro e importar trilhos ferroviários. Nas palavras de Oliveira, nesse período,

assiste-se à emergência e à ampliação das funções do estado, num período que perdura até os anos Kubitschek. Regulando o preço do trabalho, já discutido anteriormente, investindo em infraestrutura, impondo o confisco cambial ao café para redistribuir os ganhos entre

grupos das classes capitalistas, rebaixando o custo de capital na forma do subsídio cambial para as importações de equipamentos para as empresas industriais e na forma da expansão do crédito a taxas de juros negativas reais, investindo na produção (Volta Redonda e Petrobras, para exemplificar), o estado opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema (OLIVEIRA, 2003, pp. 40-1).

Ainda assim, a atuação mais destacada do estado nesse momento foi a execução da política trabalhista, que arrefeceu as mobilizações dos trabalhadores e controlou politicamente os sindicatos e o aumento salarial¹ (VIANNA, 1978). Além desse movimento necessário, havia o recurso ao comércio exterior, no qual o Brasil exportava gêneros primários e importava bens manufaturados de consumo e de capital para dar marcha ao processo industrializante. Em 1933, a balança comercial brasileira apontava para a seguinte categorização:

Tabela: 1 Principais classes de produtos no comércio exterior brasileiro em 1933

Produtos exportados	Valor (em libras)	Produtos importados	Valor (em libras)
Vegetais e seus produtos	32, 5 milhões	Artigos manufaturados	15,3 milhões
Animais e seus produtos	2,8 milhões	Matérias-primas	7 milhões
Minerais e seus produtos	500 mil	Produtos alimentícios	5,8 milhões

Fonte: Brasil (1935)

Na medida em que a atuação predatória do imperialismo estava clara desde os anos iniciais do século XX e que os efeitos dessa atuação eram inescapáveis no período em que o Brasil se consolidou como nação capitalista, as vias de desenvolvimento possíveis do capitalismo subordinado também estavam dadas no interior do imperialismo e isso também restringia o efeito das medidas nacionalizadoras, tais como

As leis e os organismos criados para a energia elétrica, ferro, bancos de depósito, carvão etc., ou o decreto de 1933 que acaba com a cláusula permitindo que as companhias estrangeiras cobrem parte das tarifas elétricas em ouro, são sintomas dessa tendência nacionalizadora. (CARONE, 1978, p. 90)

Nessa direção, com a Constituição de 1937 houve o estabelecimento do Código das Águas que buscava “nacionalizar” a indústria de energia elétrica, o que significava

¹ Segundo Ianni (1979), entre 1914 e 1952 o índice de salário real foi rebaixado, para o operário comum, de 100 para 84, mas essa redução foi vista para diversas categorias. Segundo Oliveira, a “regulamentação das leis do trabalho operou a reconversão a um *denominador comum de todas as categorias*, com o que, antes de prejudicar a acumulação, beneficiou-a [...] não era necessário que houvesse rebaixamento de salários anteriormente pagos, mas apenas *equalização dos salários dos contingentes obreiros incrementais*, isto é, da média dos salários” (OLIVEIRA, 2003, p. 39).

a necessidade de acionistas brasileiros para as empresas operarem no Brasil (IANNI, 1971). Embora fosse uma tentativa de favorecer o capital nacional, não se tratou de uma lei tão efetiva, porquanto ela não provocou a retirada das empresas estrangeiras do setor: “para obedecer a lei, as companhias estrangeiras põem um brasileiro como diretor, simples testa de ferro e com funções honoríficas: é o caso da Light, com o engenheiro Edgard de Souza, ou de Mario Gama, a frente de 16 ramificações das Empresas Elétricas Brasileiras” (CARONE, 1978, p. 90). Quer dizer, entre a elaboração das leis e sua implementação, havia um certo hiato entre o objetivo pretendido e os resultados.

Por outro lado, mesmo quando a dinâmica econômica internacional favorecia o Brasil, as consequências eram negativas. No período da II Guerra, o Brasil teve resultados positivos na balança comercial: aproveitou-se do aumento da demanda de gêneros primários e houve a impossibilidade de manter o nível quantitativo das importações. O país adquiriu créditos internacionais em moeda estrangeira, mas quando os dólares entraram no Brasil, desencadeou-se um processo inflacionário e o aumento súbito das taxas de lucros, respondidos com um decreto, aprovado pelas representações da burguesia, que instituiu um imposto sobre esses lucros, com a promessa de que ele seria restituído ao final da guerra. Ao mesmo tempo, o endividamento público passou por sucessivas renegociações que aumentaram os juros devidos (CARONE, 1976). Ou seja, o intervencionismo estatal através do planejamento foi executado, mas as condições impostas a uma economia internacionalmente subordinada insistiam em conduzir a resultados indesejados.

Com a crise inflacionária da II Guerra, o governo varguista também lançou mão da “Lei sobre atos contrários à ordem moral e econômica”² em 1945. Esta lei tentava controlar a formação de carteis e monopólios, vistos como irradiadores do processo inflacionário, por controlarem mercados inteiros. Na prática, o decreto atacava mais fortemente o capital estrangeiro instalado no Brasil, cujas empresas dominavam mais amplamente alguns setores (CARONE, 1976). A burguesia nacional então manifestou-se contrariamente à norma. Em uma manifestação enviada diretamente à presidência, as “classes produtoras” reclamavam que “em um país cujo progresso está na estreita dependência de formação de capital, a discriminação contra o capital estrangeiro, cujas empresas passaram a ser logo passíveis de desapropriação sem a justa indenização

² Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7666-22-junho-1945-416494-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

pelo simples ato de uma comissão administrativa” (O ESTADO DE S. PAULO, 1945, p. 8). A burguesia nacional não hesitava inclusive em conclamar sua sintonia orgânica com o capital estrangeiro questionando a intervenção demasiada do estado na economia.

Outro aspecto limitador dessa tentativa de frear o capital imperialista estava no próprio estado brasileiro que realizava alianças com o capital imperialista para reunir as condições de estruturação das capacidades e realizar as decisões políticas. De tal maneira que “o projeto de capitalismo nacional não só foi pouco elaborado politicamente, mas já surgiu num contexto histórico dominado pela redefinição da hegemonia econômica, política, militar e cultural dos Estados Unidos” (IANNI, 1979, p. 71).

Essa influência direta dos Estados Unidos marcou o direcionamento para o liberalismo do governo Dutra. Com ele, o aparelhamento do estado orientado para a planificação e o direcionamento da economia se desfaz. A principal medida econômica foi a liberalização do câmbio que tinha como objetivo a atração de investimento estrangeiro para o Brasil e o aumento da capacidade de importação para a indústria nacional. A aposta na atração de investimentos estrangeiros já havia sido frustrada desde o fim da II Guerra com o Plano Marshall, que direcionou o capital estadunidense para a Europa. Inicialmente, essa política de Eugenio Gudín não trouxe os resultados esperados e inclusive resultou em déficits na balança comercial brasileira, além de não evitar a fuga de capitais internacionais (SKIDMORE, 1983). Somente em 1948 houve um direcionamento para controlar o câmbio e reter alguns recursos internacionais, de modo a reequilibrar a balança comercial e garantir a capacidade de importação de maquinaria pela burguesia industrial. Embora a política tenha sido entendida como equivocada, os ganhos da burguesia foram garantidos com a repressão salarial (IANNI, 1979).

Durante o segundo governo varguista, retomou-se as estratégias ainda mais próximas do que poderia ser entendido como planificação econômica: além da reunião das capacidades estatais para o desenvolvimento (com órgãos técnicos, empresas estatais e bancos públicos), houve a formação de planos econômicos.

Os últimos tinham a execução travada por conta da dependência e dificuldade de obtenção do financiamento estrangeiro (CARONE, 1978; IANNI, 1979). Foi o exemplo dos projetos elaborados pela Comissão Mista Brasil Estados Unidos (CMBEU). Segundo Gomes (2022, p. 4) “Os custos estimados de todos os projetos eram de US\$

387,4 milhões e aproximadamente Cr\$ 14 bilhões em despesas locais. No entanto, o total de financiamentos recebidos foi de US\$ 181, 9 milhões”. A criação da Petrobrás fora importante, mas não nacionalizou definitivamente aquele mercado: “derivados continuaram a ser comercializados pelas empresas estrangeiras e suas subsidiárias no Brasil” (IANNI, 1979, p. 127).

O governo Kubitschek partiu de um diagnóstico, feito tanto pela CMBEU quanto pelo BNDE-Cepal, de que a associação com o capital estrangeiro era incontornável para o salto necessário da economia brasileira. Esses dois estudos viam isso de maneira diferente quanto às medidas a serem empregadas e à qualidade dessa participação, mas concordavam quanto à associação necessária para que a economia brasileira se apropriasse dos elementos técnicos necessários para dar as condições do salto industrial (IANNI, 1979). O que se conhece como substituição de importações, capacidade de produção de bens manufaturados para o mercado interno, dependia de uma diversificação da produção nacional acessível pelas associações com o capital estrangeiro, especialmente com a entrada de filiais de multinacionais para a produção de bens de consumo no Brasil.

De modo que a tônica do governo Kubitschek em relação ao capital estrangeiro sempre foi a de uma relação de aproximação. Com a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) foi incentivada a entrada de capital estrangeiro por meio de bens de capital, sendo essas importações compensadas com participações acionárias em empresas brasileiras. Com a Instrução, “o capital internacional internalizava máquinas e equipamentos que já eram obsoletos em seus países de origem, superfaturando valores de importação e amortizando os custos fixos de seus bens de capital, ou mesmo ganhando desconto no imposto de renda” (CAMPOS, 2017, p. 119). Ao mesmo tempo não havia tanta reação do capital nacional a esse movimento,

graças ao ide, o capital privado nacional seria atendido pela ampliação do parque industrial, no qual as possibilidades de crescer sob o efeito dinâmico que o oligopólio externo criaria eram imprescindíveis para sua existência. Essa associação – subordinada e ao mesmo tempo “virtuosa” – do capital nacional com a empresa estrangeira possibilitou, em companhia de certas frações de classe, setores estatais e do exército, a constituição de uma espécie de “complexo multinacional” (CAMPOS, 2017, p. 119).

De forma geral, foi relevante a magnitude dessa medida pois “mais de 50% do total de investimento externo direto que ingressou no Brasil entre 1955 e 1960, ou US\$ 401 milhões, o fizeram sob a égide daquela Instrução” (GIAMBIAGI, 2011, p. 32).

Destacando-se os setores de veículos, mecânica e elétrica e química e farmacêutica quase 75% do montante investido (CAMPOS, 2017). A respeito dessa entrada massiva, houve apenas uma reação de representantes do capital nacional, por meio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O projeto proposto pela Fiesp se apoiava “no capital nacional e estrangeiro, não se tratando, portanto, de um projeto para o capital nacional, mas de um projeto onde o capital nacional determine as condições de participação do capital estrangeiro” (TREVISAN, 1986). Contudo, apesar de algumas concessões em relação a mudanças na instrução, a comissão de empresários nacionais pleiteada para a escolha dos projetos não foi formada.

A despeito do caráter passivo da burguesia nacional e da dependência estatal, a via de associação com o capital estrangeiro era elementar, e cada vez mais simbiótica. Por essa razão, afirma Ianni (1979, p. 168) “ao mesmo tempo em que se promovia (de modo deliberado ou não) a substituição de importações, criavam-se novas exigências de importação de máquinas implementos acessórios, know-how e matérias primas para instalar os novos empreendimentos ou para dar continuidade ao seu funcionamento”.

Para resumir as consequências do processo que se iniciou em 1930, é possível acompanhar o quadro de transferências internacionais do Brasil na Tabela 2:

Tabela 2: Transferências internacionais do Brasil com o exterior (1930-1958)

	Rendas de capitais	Transações correntes	Capitais	Superavit (+) ou deficit (-)
1930	-123,4	-79	54,4	-116,1
1931	-98,9	4,1	-9,5	15,8
1932	-45,5	23,9	-25,9	35,7
1933	-28,3	14	-20,9	-11,5
1934	-45,9	30,3	-12,6	-12
1935	-67,6	-32,8	0,5	22,9
1936	-76,5	10	0,5	-51,2
1937	-81,5	-63,3	0	0
1938	0	4,4	0	75,1
1939	-11,7	28,4	-0,3	-0,8
1940	-26,8	-12,3	-23,5	4,4
1941	-34,4	91,7	-35,9	60,3
1942	-40,8	201,3	-29,1	149,6
1943	-53,7	198,5	45,6	252,8
1944	-68,5	185,8	-20,5	157,4
1945	-62,5	248,2	-32,6	61,7
1946	-65	188	-3	96

1947	-36	-151	12	-182
1948	-63	-2	-51	-24
1949	-62	-82	-74	-74
1950	-74	140	-65	52
1951	-90	-403	-11	-291
1952	-36	-624	35	-615
1953	-127	55	59	16
1954	-97	-195	-18	-203
1955	-78	2	3	17
1956	-127	57	151	-14
1957	-122	-264	255	-171
1958	-108	-248	184	-189

Fonte: Brasil (1990). Nota: Rendas de capitais se refere a lucros, dividendos e juros auferidos por capital estrangeiro no Brasil; Transações correntes são o saldo total de entradas e saídas de recursos e capitais são o saldo de entradas e saídas em transações financeiras

Até o período do início da II Guerra houve o predomínio de resultados negativos na Balança de pagamentos que são explicados pelos recursos usados para amortização da dívida externa (na coluna capitais) que superam o saldo positivo de exportações sobre as importações. Em todos os anos, o saldo negativo de rendas de capitais é superior ao resultado total de superávit ou déficit e também supera a entrada de capitais estrangeiros no país.

Posteriormente, houve a melhora da balança comercial com o aumento das exportações que superaram a fuga de capitais privados e a amortização da dívida pública, mas conviveram com o fluxo de saída de renda de capitais. Tais processos resultaram na tentativa fracassada do governo varguista de controlar os lucros e os movimentos da burguesia. No período posterior a 1945, as amortizações da dívida pública superaram a entrada de capitais estrangeiros e, mesmo com resultados amplamente positivos na balança comercial, a saída de renda de capitais deteriorou o resultado total, efeito das políticas liberalizantes do governo Dutra. Durante a década de 1950, a fuga de rendas de capitais reduziu os resultados positivos da balança comercial que se mantiveram negativos mesmo após a entrada de maiores investimentos diretos (coluna Capitais), após a Instrução 113 da Sumoc.

Retomando as considerações de Mandel acerca das trocas desiguais, esses resultados mostram como o Brasil se mantinha dependente das nações imperialistas mesmo com a utilização de estratégias variadas e distintas lideradas pelo estado que foram desde a planificação e protecionismo até a liberalização, passando pela combinação entre essas orientações. Mesmo quando havia a entrada massiva de investimento estrangeiro ou saldo positivo na balança comercial, as contas eram

sopesadas pela saída de rendas de capital (que incluía remessas de lucros) ou pela amortização da dívida pública, o que no geral significava a transmissão do mais-valor extraído nacionalmente para os países dominantes. Esses diferentes movimentos mostram como esse mecanismo das trocas desiguais era potente.

De uma maneira geral, pode-se ver que a burguesia dependente que se formou com a via colonial foi incapaz de completar a autonomização do capitalismo não somente por suas incapacidades, mas pela própria dinâmica internacional que pariu uma classe dominante acuada na disputa internacional e obrigada a atuar subordinadamente, auxiliada por estado igualmente débil e limitado quanto à efetividade das ferramentas de gestão utilizadas. São essas as condições objetivas que fazem surgir o pensamento isebiano. Se o capitalismo industrial se desenvolve no Brasil, isso se dá em condições precárias. Portanto, um pensamento que buscava a autonomização da burguesia nacional num contexto de relativa consolidação do capitalismo, seria mais uma resposta ao persistente problema do capital atrofico.

3. Breve introdução ao pensamento isebiano e seus antecedentes

Todo esse processo de disputas no interior do estado na tentativa de obtenção de políticas econômicas favoráveis a diferentes setores da burguesia, e a disputa destes setores contra o capital estrangeiro produziu formações ideais que ganharam força nas décadas seguintes à República Velha, mas já estavam em gestação.

Pelo lado agroexportador, os defensores mais moderados da agricultura, como Américo Werneck, construíram a argumentação de que o país deveria permitir somente o desenvolvimento da chamada “indústria natural”, a indústria que se utilizasse de insumos produzidos no território nacional; mas havia também o pensamento ruralista, defensor da agropecuária, que repelia a modernização industrial urbana, erguendo-se como uma reação a entrada do capital estrangeiro que financiou essa indústria. Um importante representante dessa corrente foi Alberto Torres. Chasin (1978) observou a formação de um caldo cultural ruralista que vinha desde os defensores do modelo agroexportador, como o moderado Werneck, passando por suas expressões mais reacionárias no plano social, como a hostilidade ao estrangeiro de Alberto Torres, para quem os imigrados, “impedindo a formação das instituições e dos costumes de conservação e de aperfeiçoamento, ainda mais nos desviaram do curso normal da formação progressiva de todas as nacionalidades” (TORRES, 1938, pp. 44-5). Chegando ao ponto mais alto da regressividade com o integralismo de Plínio Salgado.

Por outro lado, o pensamento que tinha a indústria em primazia se ancorou muito no protecionismo e na defesa da formulação de políticas capazes de fomentar o desenvolvimento autônomo da indústria nacional (LUZ, 1978). Figuras como Serzedelo Corrêa ficaram conhecidas como os primeiros a produzir um pensamento protecionista da economia. Além de crítico do *laissez-faire* dizia que o protecionismo “pode fazer com que dado paiz [sic] adquira esta ou aquela manufatura, que não poderia possuir sem esse amparo, de modo que depois de certo tempo os seus produtos se vendam a preço menor que o seu similar estrangeiro” (CARONE, 1977, p. 45).

O nacionalismo de cunho mais industrializante aparece com mais força a partir de 1930, a despeito de ter ganho alguma forma nas décadas anteriores. Importantes nomes, como o acima citado Serzedelo Corrêa e Amaro Cavalcanti, participavam das lutas da burguesia no parlamento brasileiro e estavam muito alinhados com os interesses práticos da burguesia industrial. Por isso, o conteúdo dos seus trabalhos era claramente dirigido a linhas de ação (LUZ, 1978). O problema do estabelecimento da indústria nacional frente à agricultura, do comércio importador e da própria indústria imperialista, permaneceu nas décadas seguintes provocando as reflexões de autores como Calógeras, Simonsen e Gudín, caminhando para uma esfera mais ampla numa tentativa de equacionar a resolução das questões sociais e da acumulação de capital por meio da direção da administração política do país (planejada ou liberalizante).

As respostas dadas por esses autores variaram, sempre orbitando na defesa de um setor da burguesia nacional, ainda que tenha desaparecido a hostilidade mais declarada contra o capital estrangeiro. Exatamente porque a história do desenvolvimento capitalista brasileiro até os anos 1950 circulou nos mesmos entraves diante da tarefa de destravar o processo de acumulação. A preocupação econômica inclusive se manifestou em formas de pensamento que não se ligavam diretamente à economia. Ideólogos do Estado Novo, como Azevedo Amaral e Francisco Campos, no plano político, defendiam um autoritarismo como alternativa para esse processo de evolução do capitalismo nacional (IANNI, 2004).

O pensamento isebiano nasce também voltado para a construção, no plano das ciências humanas, da necessidade de instrumentos teóricos para o desenvolvimento nacional. Resultante da reiteração da miséria brasileira, como continuador dessas linhas industrializantes, procurou construir um ideário que pudesse unir vários

elementos teóricos para detectar as origens da crise brasileira e assim produzir as soluções adequadas, inclusive no plano da cientificidade. Em uma das primeiras produções do Instituto era claro o entendimento de que o país vivia uma crise econômica. A interpretação a este respeito era de que a indústria nacional tinha atingido, na década de 1950, a hegemonia interna na burguesia, mas ainda não era capaz de dominar a produção de bens de consumo; no plano social e cultural essa burguesia, dotada das melhores capacidades intelectuais, falhava ao produzir as soluções para as questões nacionais; e no plano político, a crise produzida pela queda do Estado Novo exigia uma solução que fugisse ao binômio socialismo e liberalismo (IBESP, 1952).

O aspecto mais distintivo do pensamento isebiano foi uma preocupação maior com os aspectos “culturais”, entendidos também como fonte da crise. Segundo Jaguaribe, eram as seguintes linhas principais que guiavam o pensamento isebiano

Posição epistemológica caracterizada por um realismo perspectivístico e crítico; (2) Posição histórico-sociológica orientada por uma tentativa de superação das limitações do positivismo (coisificação do evento social) e do marxismo (materialismo histórico e teoria do valor-trabalho) e encaminhada para um culturalismo intercondicionado pelos fatores reais da existência; (3) Teoria relativista das ideologias, considerando-as em função das condições estruturais e históricas de cada sociedade”. (JAGUARIBE, 2018, p. 241)

As preocupações com as questões políticas e econômicas deixam o indicativo muito claro de que se tratava de um *lócus* de discussão voltado para a autonomia da burguesia nacional, ainda que seja evidente o acento sobre as preocupações de ordem filosófica para a sustentação das reflexões políticas e econômicas.

O pensamento isebiano nasce um pouco antes do próprio Instituto ser fundado. No início dos anos 1950 passa a se articular o Instituto Brasileiro de Sociologia, Economia e Política (Ibesp), que publicava os *Cadernos do Nosso Tempo*. Autores como Jaguaribe e Guerreiro Ramos publicaram importantes textos neste periódico.

O programa econômico falava em reduzir os custos da indústria nacional, considerando a necessidade de soluções para os suprimentos (matérias-primas), energia (que à época envolvia a questão do petróleo) e a infraestrutura de transportes. Retomava-se assim a fórmula planificadora, sendo que a “solução mais eficaz e rápida desses problemas exige um planejamento geral da economia e a rigorosa execução dos planos” (JAGUARIBE, 1953, p. 138). Sublinhou-se a tentativa de criar uma solução que se distanciasse do liberalismo clássico e do socialismo. Como causas da crise

estavam a ausência de uma circulação de elites e a “rebelião das massas, atualmente se manifestando, sobretudo, em forma de um oportunismo demagógico” (JAGUARIBE, 1953, p. 139), o que ensaiava a construção de uma teoria de aliança de classes que garantia a subordinação do trabalho ao capital. Também se identificava o problema de eficiência do chamado “estado cartorial”, que não cumpria suas funções devidamente.

4. A concepção faseológica na apologia direta da sociologia para a acumulação

Um importante elemento do ideário isebiano era o chamado método faseológico, concepção etapista que enxergava a necessidade de transição de um semicolonialismo subdesenvolvido para o desenvolvimento, tal qual as grandes potências alcançaram. Mas no caso do pensamento isebiano o problema da fase tinha também repercussões no plano filosófico. A ideia de fase é compreendida como “uma etapa do processo histórico-social de uma comunidade. A época é uma etapa do processo histórico-social de uma cultura ou civilização” (IBESP, 1956, p. 55). Guerreiro Ramos também foi o principal expoente a tratar desse aspecto. Esse inclusive é um ponto de contato importante entre o ideário isebiano e a filosofia irracionalista, pois essa ideia de época está intrinsecamente ligada com o agnosticismo, seguindo o entendimento de que determinados conceitos são circunscritos a uma determinada época e, por isso, “cada época tem sua verdade absoluta e não há como conceber, de maneira iluminista, uma soma permanente de verdades relativas, um aproximar crescente da verdade absoluta, entendida como termo culminante de um processo contínuo de esclarecimento” (RAMOS, 1955, p. 1). Em outro lugar, foi possível mostrar como esse agnosticismo adquiriu maturidade no pensamento de Ramos a partir de sua crítica ao materialismo (GUEDES; PAÇO CUNHA; SILVA, 2023). Mas mais do que isso, esse agnosticismo ganha tração na tentativa do sociólogo de construir a sociologia para a acumulação. Deixando claros os seus objetivos na redação d’*A redução sociológica*, a construção nacional levava o sociólogo nacional

por um lado, integrar a disciplina sociológica nas correntes mais representativas do pensamento universal contemporâneo. Por outro, pretende formular um conjunto de regras metódicas que estimulem a realização de **um trabalho sociológico dotado de valor pragmático, quanto ao papel que possa exercer no processo de desenvolvimento nacional** (RAMOS, 1958/1996, p. 41, grifos nossos).

O papel da sociologia é, portanto, pragmático, apoiando o desenvolvimento do capitalismo nacional. Tratava-se de uma posição que se alinhava com os alegados objetivos da burguesia industrial brasileira – ainda que como se viu, a própria

burguesia nacional não compartilhava desse objetivo. Ramos deixou ainda mais claro esse compromisso em termos indubitáveis, ao dizer que o “trabalho sociológico em país periférico, muito menos do que qualquer outro, não pode permanecer descomprometido do processo de acumulação de capital” (RAMOS, 1957/1995, p. 36). Considerando assim, a época como essa redoma intransponível na qual determinados conceitos surgem e estão aprisionados, aparece a fase como sua análoga no plano econômico. A fase que aspira ao desenvolvimento, portanto, poderia tão somente corresponder a uma sociologia a serviço da acumulação.

O método faseológico obteve repercussão no ideário isebiano. Embora o conceito já tenha aparecido em obras de autores do instituto (CORBISIER, 1958; JAGUARIBE, 1958), foi sistematizado no documento “Para uma Política Nacional de Desenvolvimento” publicado nos *Cadernos do Nosso Tempo* em 1956. Neste texto, um dos fundamentos é exatamente a concepção faseológica, segundo o qual “as comunidades pertencentes a um mesmo processo histórico global tendem a percorrer as fases determinadas pelo curso desse processo” (IBESP, 1956, p. 54). Exemplificando com o argumento de que “a fase em que se encontra o Brasil, por exemplo, corresponde àquela em que se encontravam os Estados Unidos nos fins do século XIX, não obstante o fato de o Brasil estar vivendo, como os Estados Unidos, na mesma época do imperialismo mundial” (IBESP, 1956, p. 55). Sendo assim, essa concepção de fases fundamenta o entendimento de que era necessário promover o desenvolvimento do capitalismo nacional para alcançar as fases mais avançadas, ou a tarefa de conclusão da fase de autonomia econômico-social do país.

Guerreiro Ramos entendeu que a industrialização era um processo necessário, caso os países subdesenvolvidos quisessem avançar a fase. Segundo ele, “considerando progresso técnico e o aumento da produtividade, seja pela utilização da energia mecânica, pode-se dizer que é esse progresso que promove a melhoria do nível de vida das populações, isto é, o seu bem-estar social” (RAMOS, 1958/1996, p. 141).

O autor investiu numa associação direta entre a melhora dos níveis de vida e o processo de acumulação. Essa é uma correlação que certamente poderia ser identificada nos países desenvolvidos, sendo uma posição progressista, mas acrítica, de modo que não apenas deixa de lado as contradições fundamentais inerentes a esse processo. Também deixa de lado o tensionamento provocado pelas lutas sociais nas conquistas de direitos sociais. Nos próprios países desenvolvidos esse é um aspecto

histórico muito claro, haja vista os violentos processos que levaram à acumulação primitiva e as várias lutas sociais que se deram ao longo do século XIX até a garantia dos direitos sociais (MARX, 2013). Essas lutas também foram uma exemplaridade histórica no Brasil, haja vista todo o processo que levou à Consolidação das Leis Trabalhistas (FAUSTO, 1977; PINHEIRO; HALL, 1981). O processo de transformação tecnológica e de industrialização inclusive foi possibilitado por um processo acentuado de exploração do trabalho, levando a uma série de mobilizações e greves. Mas processos semelhantes ocorreram em todos os países em que se desenvolveu o capitalismo, não havendo essa relação automática defendida pelo sociólogo brasileiro.

Ainda assim, sendo as lutas de classes um fato concreto muito evidente, o autor não podia deixar de se dirigir à classe trabalhadora e fazia isso mostrando-se contrário às suas aspirações, na medida em que elas obstavam o processo de acumulação de capital. Em seus termos:

O conhecimento dos padrões de vida dos povos desenvolvidos leva todas as classes sociais nos países subdesenvolvidos a pretenderem consumos relativamente altos, que dificultam a acumulação de capital. Nos países periféricos, a propensão a consumir, na escala e modalidade equivalentes as dos países industrializados, dificulta o seu desenvolvimento, pois desestimula a poupança, assumindo caráter predatório (RAMOS, 1958/1958/1996, p. 116).

Aos dominados, caberia sacrificar o nível de consumo de modo a favorecer o processo de desenvolvimento. Esse sacrifício deve ser realizado por todas as classes, mas caberia questionar o autor se os ganhos seriam repartidos igualmente. Defendia assim a conjugação de esforços em torno do processo de desenvolvimento. A busca por uma conciliação classista, como veremos, se consolida com a ideia de nação.

5. Fundamentação gnosiológica no perspectivismo: a ciência a serviço da acumulação de capital

É justamente uma teoria sustentadora da aliança de classes, por meio do nacionalismo, o que mais mobilizou o pensamento isebiano do ponto de vista filosófico. Por isso, é um ponto central o vínculo com o perspectivismo no plano da teoria do conhecimento, aspecto mais desenvolvido nos estudos de Guerreiro Ramos. Esse vínculo sustentava o procedimento fundamental de submeter a ciência ao processo de acumulação de capital. A ideia era realizar no plano teórico, o que acontecia na economia. Nisso cabia a possibilidade das chamadas “transplantações acelerativas”, assimilações estrangeiras como “máquinas, os processos fabris de alto rendimento, certas formas especializadas de instrução e educação” (RAMOS, 1957/1995, p. 117). De modo que essa relação com os produtos estrangeiros não se

resumia à tecnologia:

Nos países periféricos, é a adoção sistemática de um ponto de vista universal orientado para o futuro que possibilita a redução sociológica. É o imperativo de acelerar, de modo historicamente positivo, a transformação de contextos subdesenvolvidos que impõe ao cientista de países periféricos a exigência de assimilar não mecanicamente o patrimônio científico estrangeiro. (RAMOS, 1958/1996, p. 110, *italico do autor*)

Existia, no autor, essa relação que confunde a produção científica da sociologia com a sua aplicação na necessidade de promoção do desenvolvimento nacional. Em outras palavras, a necessidade de se produzir uma sociologia para a aceleração da acumulação. Portanto, se por um lado há a valorização das transplantações acelerativas, por outro, há analogamente a assimilação do patrimônio científico não para contribuir com o reto esclarecimento da particularidade brasileira, mas para transformar o subdesenvolvimento na perspectiva da burguesia nacional.

O perspectivismo opera na exata medida em que, ambos, objeto e consciência estavam interpenetrados, como se não pudessem existir de forma independente – embora saibamos que é possível existir o ser sem o pensar, mas não o contrário. Há uma interpenetração sem que haja fator determinante,

na verdade, no domínio da realidade histórico-social, o sujeito pensante e o objeto se compenetraram ou são faces de um mesmo fenômeno. Isto não quer dizer que a objetividade seja impossível naquele domínio. Quer dizer que ela se define em termos de perspectiva e que, portanto, dadas várias explicações de um mesmo fato, a mais objetiva é a que alcança maior número de aspectos, e aquela em função da qual se torna perceptível a infraestrutura e o caráter residual, tributário ou ideológico das outras; e aquela que traduz a vetorialidade ou direção tônica, ou dominante, dos acontecimentos (RAMOS, 1957/1995, p. 36).

Quando o problema é colocado como se houvesse uma correlação entre a existência e a consciência, como coisas equivalentes, procede-se de modo a de “expulsar o idealismo pela porta, para fazê-lo voltar pela janela porque admitindo-se que a existência não pode existir sem a consciência, abandona-se o materialismo, segundo o qual a existência é independente da consciência” (LUKÁCS, 1979, p. 68). As deferências de Ramos a Mannheim em sua extensa obra não são ocasionais. Segundo o sociólogo magiar, o “objeto tem um significado mais ou menos diferente para cada um dos participantes porque se desenvolve a partir de seus respectivos quadros de referência” (MANNHEIM, 1986, p. 302).

Como consequência, entendia Ramos que “a *perspectiva em que estão os*

objetos em parte os constitui. Portanto, se transferidos para outra perspectiva, deixam de ser exatamente o que eram. Não há possibilidade de repetições na realidade social” (RAMOS, 1958/1996, p. 72). Cabe notar que à diferença de autores como Mannheim, Ramos transpunha para o plano nacional o problema da perspectiva. Uma diferença que não modifica a essência da argumentação. Ramos não admitia a independência entre sujeito e objeto e dava à perspectiva um papel ativo. Essa renovação do idealismo, bem como o apelo pragmático eram essenciais para construir a sociologia para a acumulação.

Aquele movimento que se formava na direção da negação da objetividade e do papel ativo da perspectiva é ressaltado com a fenomenologia, para a qual a circunstância do pesquisador também constitui o objeto. Desse modo, Ramos entendeu a “redução como atitude parentética, isto é, como adestramento cultural do indivíduo, que o habilita a transcender, no limite do possível, os condicionamentos circunstanciais que conspiram contra a sua expressão livre e autônoma” (RAMOS, 1958/1996, p. 11). Em outras palavras:

Desde que, porém, se forma, no espaço que deixa de ser colonial, a consciência crítica, pelo imperativo da realização de um projeto comunitário, de uma tarefa substitutiva no âmbito da cultura - já não mais se trata de importar os objetos culturais acabados, e consumi-los tais quais, mas, é preciso agora, pela compreensão e pelo domínio do processo de que resultaram, produzir outros objetos nas formas e com as funções adequadas às novas exigências históricas. Por isso a redução sociológica só ocorre e se faz necessária nos países que estão empenhados numa tarefa substitutiva, de que é mero detalhe a substituição de importações a que se referem os economistas. Neste estágio, é necessário produzir, de acordo com as imposições do meio, o que antes se importava, tanto as ideias quanto as coisas. (RAMOS, 1958/1996, p. 88)

É evidente que uma sociologia nacional deve se debruçar sobre as conexões estabelecidas na própria realidade brasileira. Contudo, a redução sociológica inverte esse processo e coloca a consciência, habilitadora da transcendência, como moderadora da realidade. Dito de outra maneira, Ramos não estava engajado na produção de teorias que explicassem ou refletissem o estágio de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. A construção teórica da redução sociológica se deu por ser necessária num país que passava pelo estágio de desenvolvimento como o Brasil, no entendimento do autor, suspendendo as notas adjetivas, auxiliando a finalidade pragmática de *substituição das importações no plano cultural*.

Na operação da fenomenologia, numa análise comparativa “formas de

pensamento, tão radicalmente distintas em sua relação com a realidade, ficam reduzidas, na investigação fenomenológica, a um mesmo denominador comum, o que significa dizer que são consideradas pela investigação como tendo caráter igual” (LUKÁCS, 2020, p. 421). Isso leva a problemas como a “questão de se o objeto, após a dissolução dos parênteses, é um simples construto da consciência ou imagem de um ente independente da consciência” (LUKÁCS, 2020, p. 421). Os objetos não são referidos aos seus nexos reais e são analisados a partir de uma caracterização alheia à qual possuem realmente. Desse modo, ao invés de “apelar ininterruptamente” à realidade,

o “pôr-entre-parênteses” como método específico da fenomenologia significa, desde o começo, uma arbitrariedade irracionalista, idealista-subjetiva, um codinome que falseia a objetividade: não apenas gnosiologicamente, mas também do ponto de vista do conteúdo e concretamente, rompe-se a relação das representações com a realidade objetiva, criando-se um “método” que confunde e até nega a diferença entre o verdadeiro e o falso, o necessário e o arbitrário, o real e o meramente pensado (LUKÁCS, 2020, p. 422).

A fenomenologia, nesses termos, se aproxima do que se considera o terceiro caminho na teoria do conhecimento que reconhece uma existência independente da consciência, mas persiste em seguir o antigo método idealista quanto a definição, o conhecimento e a interpretação dessa existência. O “terceiro caminho”, “quer manter intactos todos os princípios da teoria do conhecimento do idealismo subjetivo, escamoteia seus limites, apresentando a questão de uma maneira a parecer admitir implicitamente que as ideias e as noções que existem apenas na consciência são elas mesmas realidades objetivas” (LUKÁCS, 1979, p. 47).

A fenomenologia e o perspectivismo foram, portanto, menos uma forma de analisar a realidade nacional e se convertiam numa maneira de justificar a posição da perspectiva do Brasil e de conclamar a *intelligentsia* para produzir soluções para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Esse perspectivismo que tem a missão social de submeter a investigação científica ao processo de acumulação de capital é uma importante sustentação do ideário isebiano, como poderá ser visto na sequência.

6. A construção do nacionalismo e a aliança de classes

Uma marca importante do pensamento isebiano foi o vínculo com a filosofia existencialista. Isso se dava porque alguns de seus representantes eram parte importante do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), importante ressonante dessa filosofia, que inclusive contava com egressos do integralismo. Um elemento notado

por Paiva (1979) era o fato de esses autores alçarem os conceitos existencialistas do plano do indivíduo para o plano da particularidade nacional, o que inclusive acontece também com o perspectivismo.

As marcas do existencialismo são tão fortes que, em que pese a escolha pela alternativa aceleracionista, havia, por exemplo, marcas do pessimismo em relação à superação da crise “Todos os tempos são críticos porque são tempos do homem, cuja condição no mundo é essencialmente crítica, no sentido mesmo da etimologia do termo, que significa separação, abismo” (IBESP, 1954, p. 4). Contudo, não se tratava de uma situação irremediável, de modo que pode se ler com Ramos que “eis porque a emergência da autoconsciência coletiva numa comunidade tem sido denominada ‘elevação’, tem sido interpretada como um desprender-se ativo das coisas, como a aquisição da liberdade em face delas” (RAMOS, 1957/1995, p. 46). A autoconsciência nacional manifestava a “vontade da emancipação”, a conjunção de esforços em direção ao processo de acumulação do capitalismo brasileiro.

A tarefa colocada era assim condicionada: “sociologia, no Brasil, será autêntica na medida que colaborar para a autoconsciência nacional, na funcionalidade, intencionalidade e, conseqüentemente [*sic*], em organicidade” (RAMOS, 1957/1995, p. 45). Essa tarefa se colocava à luz do dia porque “o espaço brasileiro se tornou teatro de um empreendimento coletivo, mediante o qual uma comunidade humana projeta a conquista de um modo significativo de existência na história” (RAMOS, 1958/1996, p. 67).

Esse procedimento não era exclusivo de Ramos. Outros autores isebianos também faziam essa transposição de uma discussão filosófica voltada para o indivíduo para a particularidade nacional. Corbisier (1958, p. 87), por sua vez, dizia que na superação do colonialismo “à medida que toma consciência dele e o converte em objeto, uma filosofia brasileira nos trará a revelação de nossa própria entidade. de nosso *ser* como destino”. Na sequência, acompanhando o mesmo autor, pode-se ler que

A colônia, portanto, está para a metrópole como o instrumento para o sujeito que dele se utiliza. Como o escravo para o senhor. A sua essência é a alienação. Ora. *em um contexto social globalmente alienado, a cultura está inevitavelmente condenada à inautenticidade.* Se uma cultura autêntica é a que se elabora a partir e em função da realidade própria do ser do país que. como vimos. consiste no projeto ou no destino que procura realizar. a colônia não pode produzir uma cultura autêntica por isso mesmo que não tem "ser" ou destino próprio. (CORBISIER, 1958, p. 78)

Essa busca por uma *autenticidade do ser* transposta para a particularidade nacional, Corbisier evidencia com bastante ênfase o intuito, mais abertamente declarado por Ramos, de construir um edifício teórico voltado para a aceleração do processo de acumulação, mas totalmente alheio às questões objetivas. Essa utilização dos conceitos existencialistas desprende ainda mais os autores dos problemas reais ao mesmo tempo em que os submete à tarefa de encontro da nação com sua autenticidade.

Certamente esse procedimento não é casual, pois ele, articulado com os já mencionados perspectivismo e agnosticismo, fundamenta uma ideia de nação, uma vez que a liberdade do ser, a autenticidade, estariam para ser alcançadas pelo Brasil. Nesse sentido, havia o movimento de conclamar todas as classes, ainda que antagônicas, para o mesmo objetivo:

os antagonismos essenciais da sociedade brasileira são atualmente os que se exprimem na polaridade, “estagnação” e “desenvolvimento”, representados por classes sociais de interesses conflitantes, e ainda “nação” e “antinação”, isto é, um processo coletivo de personalização histórica contra um processo de alienação. Outras contradições que não se enquadram nestes termos são, no momento, secundárias (RAMOS, 1958/1996, p. 79).

Nessa passagem é possível ver como o autor relacionava o problema real dos antagonismos sociais com posições a favor ou contra a “nação”. Na direção da construção do mito nacional, como já notado (DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 1983), o sociólogo enxergou as categorias ligadas ao indivíduo singular como possíveis para explicar a particularidade nacional, que poderia chegar a uma “personalização histórica”³. Se havia a operação da fenomenologia, ela contribuía com a formação de um ideário que colocava em primeiro plano as necessidades práticas para a consolidação do seu objetivo fundamental do avanço industrial e da conciliação de classes por meio de uma “nação” que adquire personalização.

³ Este assunto era um dos que levantou um debate entre Ramos e Vieira Pinto, outro representante do nacionalismo isebiano. Inclusive Ramos acusou Vieira Pinto de plagiar suas ideias. Sem querer entrar nesse problema, é interessante identificar que já foi observado que “essa semelhança se dá exatamente num plano em que eles procuram realizar algo de que a “redução” seria a expressão teórica: uma espécie de tentativa de “reduzir” o existencialismo do plano do indivíduo para o plano da nação” (DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 1983, p. 83). E uma amostra dessa semelhança se dá com esse argumento acerca das contradições fundamentais, que também pode ser encontrado em Vieira Pinto: “o país subdesenvolvido apresenta-se como uma unidade, como termo unificado, sem embargo de muitas outras contradições reais que lhe são interiores, mas não alcançam a mesma importância da polaridade internacional, sendo por isso provisoriamente desprezíveis” (VIEIRA PINTO, 1960, p. 35). Ou seja, a tentativa de conciliação de classes e de dirigir-se à classe trabalhadora de modo que ela assimilasse os objetivos da burguesia nacional era um elemento central no pensamento nacionalista.

A respeito do nacionalismo, dizia Jaguaribe tratar-se de

um movimento provocado pelo desenvolvimento do país e que tem por fim acelerá-lo e racionalizá-lo. Esse fim não decorre de um propósito gratuito de pessoas ou grupos, mas é inerente ao processo. Apesar disso, pode ser assumido, consciente e deliberadamente, por todos os que aspirem à promoção do nosso desenvolvimento. E, como este corresponde aos interesses situacionais de todas as classes sociais – com exceção, em cada uma delas, dos setores vinculados às nossas estruturas semicoloniais –, a promoção do desenvolvimento se constitui no objetivo ideológico mais representativo de todas as classes brasileiras (JAGUARIBE, 2013, p. 68).

A força motriz do nacionalismo era a defesa pela união de classes em torno do interesse “nacional”. Havia no seu discurso um aspecto conciliador, sem dar ênfase para as lutas de classes. Ao mesmo tempo em que defendeu a acumulação, disse, Guerreiro Ramos, numa resposta à crítica de Jacob Gorender a sua *A redução sociológica*, que “O ponto de vista proletário é a referência básica de nosso pensamento sociológico” (RAMOS, 1958/1996, p. 36). O ponto de vista proletário, que defendeu acriticamente o processo de acumulação de capital, somente poderia estar engajado numa associação entre classes. Segundo ele, de maneira muito direta:

a luta principal não é entre capitalistas e proletários. É entre o capitalismo genuinamente nacional e o imperialismo. A classe dos empresários capitalistas tem ainda um grande papel e neste momento existem causas nacionais que são comuns a todas as classes. Naturalmente os trabalhadores devem ajustar suas reivindicações aos imperativos da emancipação nacional [...] A diretriz dos trabalhadores se define por uma mistura de união e luta. União em torno da emancipação, luta contínua por seus interesses (RAMOS, 1959b, p. 6).

É importante notar como ainda que o aspecto conciliatório prevaleça, não há hesitação em dizer que os interesses dos trabalhadores devem ser curvados à liderança de uma burguesia progressista. Nesse sentido, no sentido da aquisição da autoconsciência nacional,

essa fórmula só pode ser posta em prática na base de uma frente comum de que participem a burguesia industrial, a classe média e o proletariado [...] O de que se trata, agora, é de consolidar e desenvolver as forças produtivas do país; de completar a formação da nacionalidade, mediante a incorporação das massas, que permanecem cultural, econômica e politicamente marginais, elevando-se suas condições materiais e espirituais de vida e assegurando-se-lhes a participação na autodeterminação da comunidade; de reorganizar o mecanismo do estado, que permanece em estágio cartorial, ligado às suas origens latifundiárias, submetendo-se-o ao regime do planejamento científico, da execução eficiente e do controle honesto dos resultados. E para isto é necessário, internamente, um movimento de união nacional das forças de vanguarda (IBESP, 1954, p. 15).

Nessa solução politicista, tratava-se, portanto, de consolidar um projeto de aliança de classes voltado para o planejamento econômico modernizante. Os autores pensamento isebiano não negavam as contradições de classe, inclusive reconheciam os conflitos, na medida em que nutriam uma posição de discordância com a burguesia tributária do colonialismo, mas submetiam o conflito ao processo de acumulação, considerando este o problema central do país.

Em outras palavras,

os conflitos sociais existentes em nosso país, na fase em que se encontra, exprimem, na sua essência, menos irreduzíveis lutas de classe do que conflitos que se travam, no âmbito de cada classe, entre seus setores dinâmicos e estáticos, entre as forças produtivas e as parasitárias. Não são, por isso, lutas de classe, mas de estruturas faseológicas (JAGUARIBE, 2013, p. 67).

De modo que “a convivência pacífica de todas as classes” teria “o sentido de uma revolução pacífica e é a única forma de superarmos a crise social do nosso país e de assegurarmos o seu progresso” (IBESP, 1956, p. 126). Com efeito, não havia qualquer disfarce a respeito da hierarquia contida nessa aliança, não havendo dúvidas em mostrar a quem caberia a condução do processo “o setor industrial de nossa burguesia tem de assumir mais, decididamente, inclusive para fins político-sociais, a liderança econômica que já exerce” (IBESP, 1956, p. 151). Agora, ainda mais importante é o fato de que não se tratava, para aqueles autores, a liderança da burguesia na condução de um processo revolucionário que finalmente superasse as velhas oligarquias. Atinente a esse aspecto, é a ideia de que, ainda que pensasse o problema da autonomia do capitalismo nacional, o pensamento isebiano era incapaz de pensar o rompimento com o passado colonial

Acrescente-se, por outro lado, que a convivência cooperativa das classes, além de implicar o comum e equitativo esforço de desenvolvimento, importa na necessidade do justo enquadramento de todas as classes dentro dessa organização para o desenvolvimento. Quer isto dizer, diversamente do que se verifica nos processos revolucionários de transformação social, realizados em termos de liquidação das antigas classes dirigentes, que, na superação da crise social pela convivência cooperativa, a passagem da antiga para a nova ordem social se verifica pela incorporação das forças representativas da velha sociedade à organização da nova mediante o reajustamento de tais forças às novas condições econômico-sociais (IBESP, 1956, p. 125).

Quer dizer, ao cabo, tratava-se de manter a estrutura social tal qual ela já estava estabelecida. Não se pensava, contudo, que este objetivo estava em plena contradição com a ambição da autonomia burguesa, ou do Brasil rumo à autoconsciência, pois essa

mesma estrutura condenava o país à atrofia da subordinação. Chasin mostrou que dentre as várias debilidades legadas pela via colonial, a associação da insurgente burguesia com as velhas oligarquias era um desses aspectos que atravancava o desenvolvimento do capitalismo. Havia no pensamento isebiano um intuito transformador, mas calcado numa autonomização toda burguesia tão impossível no plano das possibilidades objetivas, que quando suas análises desciam para o terreno econômico, tal transformação era ignorada em nome de meros acertos entre as frações de classe dominantes. O pensamento isebiano, que declaradamente levava adiante a busca pela autonomia da burguesia nacional, tinha como orientação exatamente a continuidade das velhas alianças. Não era nada mais do que a *reiteração do que havia de mais velho*.

Não é obra do acaso a inspiração de Jaguaribe na Alemanha de Bismarck: “Situadas ante o desafio de uma dominação externa, a elite prussiana, com Bismarck, e a japonesa, com a restauração Meiji, responderam pondo em prática, com êxito, o que poderíamos denominar de um projeto nacional-desenvolvimentista” (JAGUARIBE, 2013, p. 256). Ou seja, tratava-se o nacional-desenvolvimentismo isebiano uma espécie de busca pelas condições institucionais que puderam contribuir para países atrasados posteriormente lograrem a mesma configuração que, “objetivações capitalistas tardias – e que não são acompanhadas pelo progresso social” (CHASIN, 1979). Em que pese a incompatibilidade da história brasileira e alemã, é interessante notar que a inspiração máxima que se colocava no horizonte era justamente de casos de desenvolvimento capitalista limitado. Diante da incapacidade de se oferecer uma crítica real ao processo histórico do capitalismo brasileiro e de apresentar fórmulas já esgotadas, essa apologia do capital atrofico, disfarçada de progressista, nada mais faz do que reiterar as condições que mantiveram o Brasil na periferia do capitalismo.

É importante ressaltar que a base filosófica que costurou o perspectivismo e o agnosticismo em função do nacionalismo, e do processo de acumulação, acabou por se colocar também como obstáculo para a articulação de alternativas concretas para esse processo, restando o mero mimetismo de soluções já vencidas.

Considerações finais

O pensamento isebiano, do ponto de vista programático, pode ser considerado como uma reiteração de elementos que vinham fazendo parte do debate público nacional voltado para a autonomização da burguesia há ao menos meio século. O

problema da planificação, do favorecimento para a importação de bens de capital e a própria aliança de classes foram tematizadas de forma mais ou menos sistemática por linhas de pensamento predecessoras e foram também executadas no plano da administração pública. Ainda que houvesse a mobilização da questão econômica, o horizonte era limitado pelo tributo pago ao passado. Com ele, não se buscava a superação da via colonial, mas uma restauração da via prussiana no solo hiper-tardio. Num contexto de desenvolvimento do capital ainda preso à atrofia, que não mais via saída real para algum desenvolvimento autônomo, o pensamento isebiano coloca para si uma missão social utópica, a fundamentação intelectual de uma burguesia emancipada.

Era inclusive notória a pretensão de se concretizar como ideologia, influenciando o conflito classista. Seria uma possibilidade de investigação futura o sucesso ou fracasso dessa pretensão. Contudo, é importante ressaltar como o pensamento isebiano exerceu influência em questões objetivas importantes. O Programa de Metas de 1958 de Juscelino Kubitschek, por exemplo, tinha como alguns dos eixos principais a energia, os transportes e a indústria de base (CARONE, 1980). Os mesmos eixos estão na Política Nacional de Desenvolvimento publicada pelo Ibsp em 1956. A identificação de vínculos mais robustos e outros efeitos no plano da luta de classes, exigência de uma análise de função, não puderam ser desenvolvidos aqui, mas há indicações dessa conformação da ideologia como *veículo prático*.

Com efeito, talvez o caráter mais distintivo desse pensamento seja sua imersão na filosofia. A transposição das categorias existencialistas para o plano da nação, o perspectivismo e o agnosticismo na teoria do conhecimento são alguns desses elementos que moldam a missão social de submeter a ciência ao processo de acumulação de capital. Não causa surpresa, portanto, o fato de ser essa filosofia a sustentação de um pensamento que flerta com o reacionarismo.

Certamente o pensamento isebiano se acomodou nos marcos do politicismo, uma vez que as soluções planificadoras do Iseb nada mais eram do que concepções que viam o “processo econômico meramente paralelo ou derivado do andamento político, sem nunca considerá-los em seus contínuos e indissolúveis entrelaçamentos reais, e jamais admitindo o caráter ontologicamente fundante e matrizador do econômico em relação ao político” (CHASIN, 1982, p. 7).

É ainda mais notório como o pensamento isebiano é produto direto da miséria brasileira, de um período que já sinalizava o esgarçamento da planificação, mas que

ainda impunha tarefas essenciais para o capitalismo nacional. Além de ser um prolongamento teórico dessa tentativa de autonomização do capitalismo no plano da filosofia, o pensamento isebiano também antecipou determinadas tendências que se ergueriam no futuro. Analisando as teorias influenciadoras da esquerda na Nova República, Chasin (1989) apontou para o quadrilátero teórico formado pela teoria da dependência, autoritarismo, populismo e marginalidade. Não seria de se surpreender que a fórmula do nacional-desenvolvimentismo ressoasse na teoria da dependência já no período pós-64, a qual segundo Chasin, era “solidária com a fantasia do capitalismo nacional autônomo” e também “retorna a velha quimera do superimperialismo com suas expectativas de felicidade planetária, através da civilização racional do capital em dueto com a perfectibilização dos processos representativos e operacionais do estado” (CHASIN, 1989, p. 75). Isso indica como o pensamento isebiano compõe uma espécie de prelúdio para aquelas teorias do quadrilátero. Não somente a persistência das mazelas da via colonial, mas a falta de sua reta apreensão mantiveram a redundância das soluções propostas.

Chasin (2000), nos anos 1990, apontava para a razão manipuladora e o irracionalismo como aspectos do prolongamento do capital. Esses elementos eram mais evidentes nas faces mais cristalinas do politicismo que se desdobraram nas últimas décadas do século XX. Todavia, não seria exagero dizer que essas mesmas tendências já estavam presentes e maduras no período histórico em que o debate público nacional ainda tinha na economia um de seus pilares centrais.

Uma última consideração cabe para um certo revigoramento do nacionalismo no que ganha presentemente novas feições à esquerda e à direita no Brasil e no mundo. Busca-se a retomada de medidas protecionistas, volta-se a exaltar o mito nacional e a hostilidade a imigrantes. Exorta-se para a nacionalidade que une todos. Ao mesmo tempo, tem ganhado audiência no debate acadêmico proposituras teóricas que defendem um certo nacionalismo epistemológico, submetendo o rigor científico à nacionalidade dos sujeitos. Não é preciso muito esforço para identificar as semelhanças como a epistemologia aristocrática do irracionalismo alemão.

É sempre importante ressaltar como o nacionalismo instrumentalizou a recusa da luta de classes na tentativa de apagar as contradições e as raízes do antagonismo classista, sendo uma força ideológica inegável durante os séculos XIX e XX. Não se pode negar que as lutas nacionalistas tiveram um importante papel social para a libertação do colonialismo, por exemplo. Tampouco se pode negar seu papel na sanha

que contribuiu para a eclosão de guerras mundiais e civis por todo o globo. É fundamental, portanto, que se admita a questão nacional no seu devido papel, mas ao mesmo tempo não se ceda, por um lado, ao assédio politicista que reduz a questão ao mero arranjo organizativo e conciliatório e, por outro, ao assédio irracionalista que nubla o entendimento correto dos problemas concretos em nome de mitos, espiritualismos e reducionismos arbitrários.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Diretoria de Economia econômica e financeira. **Comércio exterior 1930-1934**. Rio de Janeiro. 1935.
- BRASIL. **Estatísticas históricas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- CAMPOS, Fabio Antonio de. Internacionalização brasileira e Instrução 113 da Sumoc. **Am. Lat. Hist. Econ.**, may.-ago., 2017, p. 93-124.
- CARONE, Edgard. **A Quarta República**. São Paulo: Difel. 1980.
- CARONE, Edgard. **A República Velha (instituições e classes sociais)**. São Paulo: Difel, 1978.
- CARONE, Edgard. **O Estado Novo**. São Paulo: Difel, 1976.
- CARONE, Edgard. **O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- CASTRO, Ana. Célia. **As empresas estrangeiras no Brasil (1860-1913)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1976.
- CHASIN, J. A esquerda e a Nova República. **Revista Ensaio**, São Paulo, Ensaio, n. 14, 1985.
- CHASIN, J. **A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social**. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.
- CHASIN, J. A sucessão na crise e a crise na esquerda. **Revista Ensaio**, São Paulo, Ed. Ensaio, n. 17/18, 1989.
- CHASIN, J. As máquinas param, germina a democracia! **Revista Ensaio**, São Paulo, Ed. Ensaio, n. 7, 1980.
- CHASIN, J. A politização da totalidade: oposição e discurso econômico. **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, Editorial Grijalbo, n. 2, 1977.
- CHASIN, José. ¿Hasta cuando? **Revista Nova Escrita Ensaio**, São Paulo, Ensaio, n. 10, 1982.
- CHASIN, J. **O integralismo de Plínio Salgado**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- CORBISIER, Roland. **Formação e problema da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Iseb, 1958.
- DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, R. Terceiro painel – Ramos e o desenvolvimento brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 63-92, 1983. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/11128>>. Acesso em: 3 nov. 2022.
- FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra; SALOMÃO, Ivan Colangelo. “De Vargas a Sarney: apogeu e crepúsculo do desenvolvimentismo brasileiro”. In: MARINGONI, Gilberto. **A volta do estado planejador**. São Paulo: Contracorrente, 2022.
- GIAMBIAGI, Fabio *et al.* **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2011.

- GOMES, Nathália Candido Stutz. A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU) (1951-1953) à luz do Programa Ponto Quatro (1949) do governo Truman. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, e1195, 2022.
- GORENDER, Jacob. “Correntes sociológicas no Brasil”. In: RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1958/1996.
- GUEDES, Leandro Theodoro; PAÇO CUNHA, Elcemir; XAVIER, Wesley Silva. O irracionalismo e sua teoria do conhecimento: reação agnóstico-relativista de Guerreiro Ramos ao marxismo (1939-1955). **Verinotio**, Rio das Ostras, v. 28, n. 2, p. 232-258, 2023.
- IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- IANNI, Octavio. Ideologia e prática do planejamento durante o Estado Novo. **Revista de Administração de Empresas [on-line]**, v. 11, n. 1, p. 7-15, 1971. Disponível em: < <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/40312>>. Acesso em: 2 nov. 2022.
- IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: Edusc, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA. A crise do nosso tempo e do Brasil. **Cadernos do Nosso Tempo**, Rio de Janeiro, Ibsp, n. 2, 1954.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA. Para uma política nacional de desenvolvimento. **Cadernos do Nosso Tempo**, Rio de Janeiro, Ibsp. n. 5, 1956.
- JAGUARIBE, Hélio. A crise brasileira. **Cadernos do Nosso Tempo**, Rio de Janeiro, Ibsp, n. 1, 1953.
- JAGUARIBE, Hélio. **Condições institucionais do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Iseb, 1958.
- JAGUARIBE, Hélio. Iseb – um breve depoimento e uma reapreciação crítica. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 9, n. 14, p. 231-260, 2018.
- JAGUARIBE, Hélio. **O nacionalismo na atualidade brasileira**. Brasília: Funag, 2013.
- LEBRUN, Gerard. A realidade nacional e seus equívocos. **Revista Brasiliense**, São Paulo, Editora Brasiliense, n. 47, 1963.
- LUKÁCS, G. **A destruição da razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.
- LUKÁCS, Gyorgy. **Existencialismo ou marxismo**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- LUZ, N. V. **A luta pela industrialização no Brasil: 1808-1930**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- MANDEL, E. **Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1986.
- O ESTADO DE S. PAULO. Memorial enviado ao Sr. Presidente da República pelas classes produtoras. **O Estado de S. Paulo**, 25 jul. 1945.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- PAÇO CUNHA, Elcemir. Problemas selecionados em determinação social do pensamento. **Revista Verinotio**, v. 28, n. 1, 2023.
- PAIVA, Vanilda. Existencialismo cristão e culturalismo: sua presença na obra de Freire. **Síntese**, v. 6, n. 16, 1979.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. **A classe operária no Brasil: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o estado (Documentos) v. 2**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da

- UFRJ, 1958/1996.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. Historicismo e marxismo. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 9 out. 1955f. Caderno Revista, p. 1-2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/110523_05/38503>. Acesso em: 13 jan. 2024.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1957/1995.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- STEIN, Stanley. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850-1950**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.
- SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TOLEDO, Caio Navarro. **Iseb: fábrica de ideologias**. São Paulo: Ática. 1977.
- TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro**. São Paulo: Editora Nacional, 1938.
- TREVISAN, Maria José. **50 anos em 5: A Fiesp e o desenvolvimentismo**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- VAISMAN, Ester. A usina onto-societária do pensamento. **Revista Verinotio**, n. 4, p. 1-24. 2006. Disponível em: <<https://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/27/17>>. Acesso em: 24 nov. 2023.
- VAISMAN, Ester. Ideologia e sua determinação ontológica. **Verinotio**, Belo Horizonte, n. 12, ano VI, out. 2010.
- VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. **Consciência e realidade nacional**. Rio de Janeiro: Iseb, 1960.

Como citar:

- GUEDES, Leandro Theodoro. Uma filosofia para a acumulação: o pensamento isebiano na miséria brasileira. *Verinotio*, Rio das Ostras, v. 30, n. 1, pp. 184-215, Edição Especial: *A miséria brasileira*, 2025.